

FILIFE MELLO

ADVOCACIA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

➔ URGENTE

Medida liminar

JORGINHO DOS SANTOS MELLO, brasileiro, divorciado, Senador da República, inscrito no CPF sob n. 250.841.199-04, com endereço na Quadra SQN 302, Bloco A, apto. 301, Bairro Asa Norte, Brasília-DF, CEP 70723-010¹; **LUIS EDUARDO GRANGEIRO GIRÃO**, brasileiro, casado, Senador da República, inscrito no CPF sob n. 319.668.103-34, com endereço no Senado Federal, Anexo II, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 21, Brasília-DF, CEP 70165-900²; e **MARCOS ROGÉRIO DA SILVA BRITO**, brasileiro, divorciado, Senador da República, inscrito no CPF sob n. 602.320.642-53, com endereço no Senado Federal, Anexo II, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 02, Brasília-DF, CEP 70165-900³, comparecem, com elevado acatamento, perante Vossa Excelência, por intermédio de seus procuradores signatários, com fundamento no art. 5º, inciso LXIX c/c art. 102, inciso I, alínea 'd', ambos da Constituição Federal, para impetrar

MANDADO DE SEGURANÇA COM PEDIDO LIMINAR (*inaudita altera parte*)

em face de ato do **PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI DA PANDEMIA**, Excelentíssimo Senhor Senador Omar Aziz, com endereço no Palácio do Congresso Nacional, Praça dos Três Poderes, Senado Federal, Brasília-DF, que indeferiu o pleito suscitado em Questão de Ordem pelo Primeiro Impetrante – no transcurso da sessão designada para eleição do Presidente, com subsequente indicação do Relator da CPI – para abster a participação de Senadores na respectiva Comissão, com vínculo de parentesco associado aos “prováveis investigados”, pelos fatos e fundamentos jurídicos a seguir delineados:

¹ Documento de habilitação

² Documento de Habilitação

³ Documento de Habilitação

EM

FILIFE MELLO

ADVOCACIA

1. BREVE ESCORÇO FÁTICO

1.1. Em 08 de abril de 2021, o ínclito Ministro Luís Roberto Barroso, por meio do Mandado de Segurança 37.760, determinou, em síntese, a adoção de providências para instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito, para apurar/investigar ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento à pandemia ocasionada pela COVID-19.

1.2. Destarte, em cumprimento à determinação do Supremo Tribunal Federal, o Presidente do Senado, Senador Rodrigo Pacheco, procedeu, em plenário, com a leitura do requerimento de criação da Comissão Parlamentar de Inquérito atinente à Pandemia – COVID19. No ato, solicitou que os blocos partidários apresentassem as indicações de membros para participação do respectivo procedimento de fiscalização e investigação. Por conseguinte, determinou o apensamento de um segundo requerimento, para acrescer à investigação, informações/regularidade da utilização dos recursos públicos federais enviados aos estados.

1.3. Por conseguinte, em data de hoje, foi aberta sessão para eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito concernente à Pandemia – COVID 19, presidida pelo Senador Otto Alencar – membro mais velho. Com o início da sessão, o Senador Jorginho dos Santos Mello, Primeiro Impetrante, suscitou questão de ordem no seguinte sentido⁴:

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para questão de ordem.) – Peço a palavra e a permissão de V. Exa. Quero fazer uma questão de ordem.

Eu também sou membro da CPI da Chapecoense. Se preciso, já vou pedir que, mesmo ela estando paralisada, eu possa não fazer mais parte, pertencer a essa CPI.

Quero fazer uma questão de ordem, Sr. Presidente. Gostaria da atenção dos Srs. Senadores.

Impedimento de Parlamentares para compor a CPI com vínculo sanguíneo com potencial investigado, bem como impedimento de vir a ser indicado relator na comissão parlamentar de inquérito.

Sr. Presidente, com fundamento nos arts. 153 e 306 do Regimento Interno do Senado Federal, bem como art. 252, inciso IV do Código de Processo Penal, apresento a seguinte questão de ordem.

O art. 153 do Regimento Interno desta Casa, inserido no Capítulo XIV, ao tratar da matéria atinente às Comissões Parlamentares de Inquérito e seus processamentos, preconiza que:

Capítulo XIV.

Das Comissões Parlamentares de Inquérito (Const., art. 58, §3o)

⁴ Ata da Reunião da eleição do Presidente, Vice-Presidente e escolha do Relator da CPI da Pandemia.



FILIFE MELLO

ADVOCACIA

(...)

Art. 153. Nos atos processuais, aplicar-se-ão, subsidiariamente, as disposições do Código de Processo Penal. Deste modo, e tendo em vista as previsões elencadas no Código de Processo Penal, que é a norma a ser aplicada de forma subsidiária, consoante expressa determinação do Regimento Interno, verifica-se o art. 252 do referido diploma processual:

Art. 252. O juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que:

IV - ele próprio ou seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, for parte ou diretamente interessado no feito. Importante ressaltar que o Código de Processo Penal também estabelece que a não declaração de impedimento por parte do julgador não impede que as partes possam suscitar este problema jurídico. Assim define o art. 112 do CPP in verbis:

Art. 112. O juiz, o órgão do Ministério Público, os serventuários ou funcionários de justiça e os peritos ou intérpretes abster-se-ão de servir no processo, quando houver incompatibilidade ou impedimento legal, que declararão nos autos. Se não se der a abstenção, a incompatibilidade ou impedimento poderá ser arguido pelas partes, seguindo-se o processo estabelecido para a exceção de suspeição.

O artigo 306 do Regimento Interno do Senado Federal relaciona ainda que:

Art. 306. Nenhum Senador presente à sessão poderá escusar-se de votar, salvo quando se tratar de assunto em que tenha interesse pessoal, devendo declarar o impedimento antes da votação e sendo a sua presença computada para efeito de quórum.

Perceba, Excelência, que a norma regimental não estabelece discricionariedade na autodeclaração de impedimento. O regimento é claro ao estabelecer que o Senador deverá declarar o impedimento antes da votação.

Ora, se não lhes é permitido votar em matérias em que possam ter interesse pessoal, por óbvio e por economia processual, também não deverá ser permitida a participação de Parlamentares que possam ter que se abster de votar ou relatar por estarem diante de um claro impedimento. Ainda destacamos que, segundo a mídia nacional, um dos Parlamentares que julgamos impedidos seria o relator da CPI. Importante ressaltar que no relatório apresentado pelo relator consta expressamente o voto, sendo ele o fio condutor para o desfecho do processo investigatório.

Cumpre destacar ainda que as Comissões Parlamentares de Inquérito possuem funções a mais que as comissões permanentes, destacando-se o poder de investigar. Exercendo analogia, se não é permitido votar em matérias em que os Parlamentares possam ter interesse pessoal, devendo, obrigatoriamente, se declarar impedido, parece-nos óbvio que o Parlamentar também deverá ser declarado impedido quando puder ter conflito de interesse no processo investigatório.

A aplicação subsidiária do Código de Processo Penal decorre da circunstância de que as Comissões Parlamentares de Inquérito possuem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, o que exige uma atuação imparcial dos membros que participarão da mesma. Consoante art. 58, §3º, da Constituição Federal:

Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.

.....

...

§ 3º As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal,

FILIFE MELLO

ADVOCACIA

em conjunto ou separadamente, [...] por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Sobre o impedimento no processo penal, Eugênio Pacelli in Curso de Processo Penal, 23.

ed., São Paulo, Atlas, 2019:

"[...] Tanto as causas que determinam a suspeição quanto aquelas que estabelecem casos de impedimento do juiz dizem respeito a fatos e circunstâncias, subjetivos ou objetivos, que, de alguma maneira, podem afetar a imparcialidade do julgador na apreciação do caso concreto."

Cabe ainda ressaltar que o art. 6o da Lei no 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito, também preleciona que o Código de Processo Penal deve ser aplicado nos atos das CPIs: "Art. 6o. O processo e a instrução dos inquéritos obedecerão ao que prescreve esta Lei, no que lhes for aplicável, às normas do processo penal".

Tendo em vista as previsões legislativas acima elencadas, mostra-se evidente a vedação, por força do ordenamento jurídico pátrio, da participação de Parlamentares que possuam parentes em linha reta ou colateral até terceiro grau. Cumpre salientar que entre os membros desta CPI contam-se dois Parlamentares que possuem parentes em gestões estaduais. Há que se destacar ainda que se veiculou em mídia nacional que estariam definidos o Presidente, o Vice-Presidente e também o Relator. A função de relatoria ora tratada seria designada ao nobre Senador Renan Calheiros, Parlamentar importante que, com certeza, teria todos os requisitos necessários para dar suporte técnico e que exerce com maestria o contraditório.

Contudo, o Parlamentar possui parentesco de primeiro grau, por descendência, com pessoa a ser investigada na presente Comissão Parlamentar, qual seja o Sr. José Renan Vasconcelos Calheiros Filho, Governador do Estado de Alagoas e filho do citado Senador.

Assim, deve ser interpretada a participação não só como membro da CPI, mas também como Relator da CPI, posição na qual terá a incumbência de consignar as conclusões da Comissão, com risco de parcialidade por conta do vínculo sanguíneo. Deste modo, mostra-se imperiosa a declaração, pelo próprio Parlamentar, de seu impedimento, nos termos do Código de Processo Penal, por haver absoluta presunção de impossibilidade de exercer as funções investigativas exigidas com a imparcialidade necessária.

Frise-se: trata-se, no caso em tela, de norma de ordem pública.

O Supremo Tribunal Federal já teve a oportunidade de aduzir no sentido da possibilidade do raciocínio ora esposado, qual seja, de reconhecer vícios de impedimento ou suspeição de membros de Comissões Parlamentares de Inquérito, ao conceder liminar em decisão referente à Presidência da Comissão Parlamentar de Inquérito, a ser instalada na Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul. No caso, tratava-se de vício de suspeição do Presidente da CPI, foi na decisão monocrática em julgamento de 11/06/2007, proferida pela Ministra Ellen Gracie no SS 3.031.

Importante ressaltar que há claro afrontamento a princípios constitucionais, destaca-se o princípio da impessoalidade e moralidade (art. 37 da Constituição Federal), probidade administrativa, devido processo legal.

Necessita-se destacar que, no dia 23 de abril de 2021, o Excelentíssimo colega Senador Renan Calheiros assim se manifestou em uma famosa rede social: "[...] Desde já me declaro parcial para tratar qualquer tema na CPI que envolva Alagoas. Não relatarei



FILIPPE MELLO

ADVOCACIA

ou votarei. Não há sequer indícios quanto ao Estado, mas minha suspeição antecipada é decisão de foro íntimo”.

Trazemos um importante fator a ser debatido pelos presentes pares componentes desta CPI.

Vejam, caros colegas: digamos que seja confirmado como Relator o Senador Renan e que ele se exima de votar ou relatar investigações sobre o Estado de Alagoas. Para compor o número de votantes, chamaríamos o seu suplente, no caso, o Senador Jader Barbalho, que também poderia ter um parente consanguíneo sendo investigado.

Ainda poderemos ter outro grave problema, o provável relator da CPI não poderia apresentar o relatório final, que apresenta todos os investigados e suas possíveis improbidades ao Ministério Público, eis que um desses investigados poderá ter relação de consanguinidade com o referido Relator.

Colegas, em analogia a uma famosa frase dita pelo Imperador Júlio César: não basta que a gestão da coisa pública seja honesta, ela precisa parecer e transparecer ser honesta. O que quero destacar é que uma importante investigação, que poderá ter impactos importantes para nossa República, não pode ser continuada se existir um quê de desconfiança.

Por todo exposto, portanto, apresento a presente questão de ordem ao crivo de V. Exa. E solicito os devidos esclarecimentos sobre os dispositivos violados e ora indicados para arguir o impedimento dos Parlamentares Renan Calheiros e Senador Jader Barbalho para integrar a Comissão Parlamentar de Inquérito e, mais, para relatar a CPI da Pandemia, nos termos do Código de Processo Penal, sendo este o diploma normativo que, conforme estabelecido pelo art. 153 desta Casa, deve ser aplicado subsidiariamente aos atos processuais nos âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sr. Presidente Otto Alencar, este é o meu pedido de questão de ordem e gostaria de submetê-lo a V. Exa. de forma muito respeitosa para que a gente possa fazer com que esta Comissão tenha condições de, desapaixonadamente, exercer a sua função, todos nós agora, depois de instalada: a função de juiz para julgar sem ter nenhum tipo de impedimento.

1.4. Em resposta, o Senador Otto Alencar afirmou que *“esse é um assunto futuro.*

V. Exa. poderá fazer essa questão de ordem ao Presidente eleito. Eu não posso definir a sua questão de ordem, até porque não serei eu quem vai indicar o Relator. O Relator será indicado pelo Presidente eleito. Portanto, Senador Jorginho Mello, V. Exa. poderá fazer isso depois da Comissão instalada. V. Exa. poderá questionar ao Presidente eleito. Eu peço que V. Exa. entenda a minha posição. Eu não posso definir nem decidir o que V. Exa. me pede por ser um assunto futuro a respeito desse tema”.

1.5. O Impetrante, Senador Jorginho Mello, sobre a resposta, ainda indagou:

“Eu só peço um esclarecimento a V. Exa. Essa questão de ordem trata sobre dois aspectos, sobre participação na Comissão e sobre a eleição, depois, do Relator. Então, é um assunto que pode ser tratado por V. Exa., porque V. Exa. está presidindo o trabalho que vai suscitar a eleição posteriormente”.



FILIFE MELLO

ADVOCACIA

1.6. Todavia, para pôr fim à questão de ordem suscitada, o Senador Otto Alencar afirmou: *“Eu já até respondi mais ou menos isso, Senador Jorginho. A designação foi feita pelo Presidente do Senado Federal, não foi designação da minha prerrogativa. Estou aqui, como o mais velho, para abrir a sessão e fazer a eleição dos membros: o Presidente e o Vice-Presidente. Então, a designação cabe ao Presidente do Senado. V. Exa. pode arguir isso ao Senador Rodrigo Pacheco”*.

1.7. Posteriormente, iniciou-se à votação para escolha do Presidente e Vice-Presidente. Foi eleito Presidente da CPI da Pandemia, com quórum suficiente, o Senador Omar Aziz e Vice-Presidente Randolfe Rodrigues. Em subseqüência, o Presidente, Senador Omar Aziz, indicou o Senador Renan Calheiros relator dos trabalhos.

1.8. Igualmente, o Primeiro Impetrante, Senador Jorginho dos Santos Mello, suscitou a mencionado questão de ordem ao Presidente eleito. Em resposta definiu-se:

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... o meu segundo...Pois não, Senador Jorginho.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para questão de ordem.) – Eu quero reapresentar a minha questão de ordem já que o Presidente Otto disse que o momento era agora. Já está sobre a mesa. Fica reapresentada a minha questão de ordem sobre a participação dos dois Senadores.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. leu uma questão de ordem por quase meia hora.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quase meia hora.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Essa mesma se encontra sobre a mesa. Eu quero reafirmar o meu pedido, essa questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou indeferir o seu pedido.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – E quero pedir que V. Exa. decida.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu indefiro a sua questão de ordem por entender o seguinte: não existe Senador pela metade. Todos nós somos Senadores por completo. E o Senador Renan tem colocado uma coisa é verdadeira: o Estado de Alagoas... Se o Senador Renan não pode fazer parte de uma CPI, ele não é Senador. Só quem não pode fazer parte de uma CPI... Senadores.

A segunda questão, Senador Jorginho, eu acho que essa discussão já está muito madura em relação à própria sociedade. Nós estamos aqui malhando em ferro frio. Veja bem, Senador Jorginho, o Senador Renan deve ter votado a PEC da guerra. Votou? Deve ter votado. Votou ajuda para os Estados e Municípios? Votou. Se ele é suspeito, ele não deveria ter votado ajuda para Estados e Municípios, porque ele está beneficiando o Estado de Alagoas também...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Fora do microfone.)



FILIFE MELLO

ADVOCACIA

– Que é o meu papel.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É o papel do Senador. Então, essa questão...

Ontem mesmo, tivemos esse constrangimento novamente de um juiz de primeira instância... Felizmente o TRF colocou na linha essa questão. É uma coisa que o Senado está acostumado e, se a gente ficar discutindo aqui o questionamento de um companheiro, colega Senador, sobre essa questão, Senador Jorginho... Eu me sinto bastante constrangido em dizer pra V. Exa. que eu não vou acatar sua questão de ordem e eu vou indicar o Senador Renan Calheiros como Relator da CPI da Covid.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem, Senador...

1.9. Por imposição e fundamentação esdrúxula, o Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito atinente à Pandemia – COVID19, Senador Omar Aziz, indeferiu o pleito suscitado em questão de ordem pelo Primeiro Impetrante, Jorginho dos Santos Mello, por entender, desarrazoadamente que: ***“não existe Senador pela metade. Todos nós somos Senadores por completo. E o Senador Renan tem colocado uma coisa é verdadeira: o Estado de Alagoas... Se o Senador Renan não pode fazer parte de uma CPI, ele não é Senador. Só quem não pode fazer parte de uma CPI... Senadores. A segunda questão, Senador Jorginho, eu acho que essa discussão já está muito madura em relação à própria sociedade. Nós estamos aqui malhando em ferro frio. Veja bem, Senador Jorginho, o Senador Renan deve ter votado a PEC da guerra. Votou? Deve ter votado. Votou ajuda para os Estados e Municípios? Votou. Se ele é suspeito, ele não deveria ter votado ajuda para Estados e Municípios, porque ele está beneficiando o Estado de Alagoas também...”***

1.10. Ora, para preenchimento das vagas concernente à respectiva Comissão Parlamentar de Inquérito, os partidos políticos deveriam, por óbvio, escolher Senadores sem qualquer vínculo de parentesco com Governadores e/ou Prefeitos, para garantir lisura e confiabilidade às investigações que serão implementadas. No entanto, por acordo político, consignou-se indicação de Senadores que, certamente, mesmo antes do início dos trabalhos, trarão inquietação pela relação direta com governadores, sobremaneira com filho de senadores⁵.

1.11. Pergunta-se! É possível considerar legal e impessoal a indicação de Senador Relator, cujo filho está entre os Governadores “investigados”? Sabe-se que não há investigação direta da pessoa do Governador, mas indiretamente se investigará eventual má aplicação das verbas

⁵ Comprovação Grau de Parentesco



FILIFE MELLO

ADVOCACIA

públicas repassadas pela União, no enfrentamento da COVID-19 pelos Estados/Municípios. Assim, na hipótese, há de convir o impedimento e suspeição para composição do respectivo membro à CPI.

1.12. Sendo assim, visando um trabalho ético em frente à Comissão Parlamentar de Inquérito, na efetiva busca do esclarecimento sobre suposta omissão do Executivo Central no combate à COVID-19, mister que o trabalho seja realizado sem qualquer percalço, seja íntegro e resulte em algo prático. Por essas razões, nasceu o interesse de agir consubstanciado na notória sonegação dos princípios republicanos, impulsionando estes Impetrantes, como justa causa, a declaração do Presidente da Comissão em não reconhecer o impedimento arguido.

1.13. Desta forma, importante salientar que a impetração deste instrumento jurídico não tem condão pessoal, mas sim, deseja apenas garantir o devido processo legal, direito à ampla defesa, a defesa do princípio da impessoalidade no andamento das investigações acerca da gestão dos recursos públicos na CPI da Pandemia.

1.14. Um mecanismo tão importante como uma Comissão Parlamentar de Inquérito que investigará a gestão do Governo Federal e a gestão dos recursos públicos enviados aos Estados não pode começar já eivada de desconfiança. A política brasileira já não se encontra mais absoluta e irretocável, porquanto, observa-se diariamente políticos utilizando a máquina pública para ganhos próprios, e tem-se aqui a possibilidade de mostrar a população brasileira que o Senado Federal não compactua com nenhum tipo de conveniência.

1.15. Na administração pública, não basta ser probo. Deve-se demonstrar ser correto. Os tempos modernos exigem dos políticos a máxima transparência dos atos na vida pública. E se existir, mesmo que pequena, a possibilidade de que um componente da CPI da pandemia não investigue profundamente um ato, por que o investigado é seu filho, isso não deve ser evitado.

2. PRELIMINARMENTE

2.1. DA LEGITIMIDADE DO EXCELSO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PARA JULGAR MANDADO DE SEGURANÇA IMPETRADO EM FACE DO PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO



FILIPPE MELLO

ADVOCACIA

2.1.1. Afere-se, preliminarmente, a competência do Supremo Tribunal Federal para processar e julgar, em sede originária, mandados de segurança e habeas corpus impetrados contra Comissões Parlamentares de Inquérito constituídas no âmbito do Congresso Nacional ou de qualquer de uma de suas Casas. Esse entendimento tem prevalecido, sem maiores discepções, no magistério jurisprudencial da Corte Suprema, sob a égide do vigente ordenamento constitucional, *in verbis*:

No tocante a mandado de segurança, a competência originária do STF é fixada em razão da autoridade impetrada. Assim, a viabilidade do presente mandamus exige a comprovação da prática de ato, omissivo ou comissivo, por parte de qualquer das autoridades elencadas na alínea “d” do inciso I do art. 102 da Constituição Federal, quais sejam: “Presidente da República, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, do Procurador-Geral da República e do próprio Supremo Tribunal Federal”.

Admite-se como legítimo o controle jurisdicional pelo STF, em sede de mandado de segurança, de atos de “Comissões Parlamentares de Inquérito constituídas no âmbito do Congresso Nacional ou no de qualquer de suas Casas”, uma vez que, “enquanto projeção orgânica do Poder Legislativo da União, nada mais [são] senão a longa manus do próprio Congresso Nacional ou das Casas que o compõem” (MS nº 23.452/RJ, Rel. Min. Celso de Mello, Tribunal Pleno, DJ de 12/5/2000), não havendo violação ao princípio da separação de Poderes “quando [o STF] intervém para assegurar as franquias constitucionais e para garantir a integridade e a supremacia da Constituição, neutralizando, desse modo, abusos cometidos” (MS nº 25.668/DF, Rel. Min. Celso de Mello, Tribunal Pleno, DJ de 4/5/2006).

Dessa perspectiva, assento a competência originária do STF para julgamento deste mandamus. (STF. MS 35.354. Relator Min. Dias Toffoli. Julgado em 20/11/2017). (Grifou-se)

2.1.2. E, ainda:

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PODERES DE INVESTIGAÇÃO (CF, ART. 58, § 3º) - LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS - LEGITIMIDADE DO CONTROLE JURISDICIONAL - POSSIBILIDADE DE A CPI ORDENAR, POR AUTORIDADE PRÓPRIA, A QUEBRA DOS SIGILOS BANCÁRIO, FISCAL E TELEFÔNICO - NECESSIDADE DE FUNDAMENTAÇÃO DO ATO DELIBERATIVO - DELIBERAÇÃO DA CPI QUE, SEM FUNDAMENTAÇÃO, ORDENOU MEDIDAS DE RESTRIÇÃO A DIREITOS - **MANDADO DE SEGURANÇA DEFERIDO. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. - Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, em sede originária, mandados de segurança e habeas corpus impetrados contra Comissões Parlamentares de Inquérito constituídas no âmbito do Congresso Nacional ou no de qualquer de suas Casas. É que a Comissão Parlamentar de Inquérito, enquanto projeção orgânica do Poder Legislativo da União, nada mais é senão a longa manus do próprio Congresso**

FILIPPE MELLO

ADVOGACIA

Nacional ou das Casas que o compõem, sujeitando-se, em consequência, em tema de mandado de segurança ou de habeas corpus, ao controle jurisdicional originário do Supremo Tribunal Federal (CF, art. 102, i, d e e). Precedentes. (STF - MS: 23452 RJ, Relator: Min. CELSO DE MELLO, Data de Julgamento: 16/09/1999, Tribunal Pleno, Data de Publicação: DJ 12-05-2000 PP-00020 EMENT VOL-01990-01 PP-00086) (Grifou-se)

2.1.3. Por fim:

“Desde o julgamento do Habeas Corpus n. 71.039/RJ (Plenário, Rel. Min. Paulo Brossard, DJ 6.12.1996), no ano de 1994, esse Supremo Tribunal da Federação assentou as balizas sobre as quais se erigiram concepções jurídicas fundamentais sobre o funcionamento das comissões parlamentares de inquérito, dentre as quais se destacam as seguintes: a) **Ao Supremo Tribunal Federal compete exercer, originariamente, o controle jurisdicional sobre atos de comissões parlamentares de inquérito, do Congresso Nacional e de quaisquer de suas Casas, que envolvam ilegalidade ou ofensa a direito individual;** b) Podem ser objeto de investigação todos os assuntos que estejam na competência legislativa ou fiscalizatória do Congresso Nacional e; c) A comissão parlamentar de inquérito não tem poderes universais de investigação, mas limitados a fatos determinados, o que não exclui a possibilidade de constituição de tantas comissões quantas necessárias às apurações de interesse, bem como a investigação de fatos novos que venham a ser descobertos durante o procedimento, desde que conexos com o fato originário que deu causa à instauração do colegiado. Assim, são amplos, mas não ilimitados, o conjunto potencial de fatos de interesse que podem fundamentar investigações na esfera do Congresso Nacional, asserção que de modo algum dispensa a delimitação em concreto do objeto da investigação que lhe serve de justificativa, tratando-se de verdadeira condição de validade do colegiado temporário”. [] (STF - MS: 36560 DF - DISTRITO FEDERAL, Relator: Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Data de Julgamento: 08/08/2019, Data de Publicação: DJe-174 12/08/2019) (Grifou-se)

2.1.4. Assim, entende-se que as Comissões Parlamentares de Inquérito não são órgão distintos, mas emanções do Congresso, competindo ao Supremo Tribunal Federal o controle de seus atos (RDA 47/286-304).

2.2. DA LEGITIMIDADE ATIVA

2.2.1. Acerca do cabimento do Mandado de Segurança, assenta o inciso LXIX do art. 5º da Constituição Federal:

Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
[...]



FILIFE MELLO

ADVOCACIA

LXIX - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;

[...]

2.2.2. Na mesma linha, a Lei n. 12.016, de 7 de agosto de 2009, ao disciplinar o Mandado de Segurança, prevê que:

Art. 1º. Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça.

2.2.3. Ou seja, a norma jurídica brasileira é pacífica no entendimento de que os mandados de segurança podem ser impetrados por qualquer pessoa, seja ela física ou jurídica, cabendo tal legitimidade inclusive a estrangeiros que estiverem em solo nacional.

2.2.4. Assim, verifica-se que os Impetrantes possuem legitimidade ativa assegurada, vez que foi apresentada questão de ordem ao Presidente da CPI da Pandemia, tendo esta sido negada. Importante ressaltar que o direito líquido e certo está resguardado no Regimento Interno do Senado da República assim como no Código de Processo Penal brasileiro de forma subsidiária.

2.2.5. Tanto o Regimento Interno do Senado quanto a Constituição Federal exigem das suas autoridades a aplicação do princípio da impessoalidade e moralidade nos atos que possam ser praticados também pelos seus agentes políticos. Esse princípio Constitucional deve ser obedecido, não cabendo discricionariedade do momento de sua aplicação.

2.2.6. O princípio da impessoalidade é tão importante que em diversas passagens do Regimento Interno do Senado está tipificado o **DEVER** do Senador em abdicar-se da votação quando o parlamentar tiver interesse pessoal no caso em questão. Veja-se o art. 306 da respectiva norma:

Art. 306. Nenhum Senador presente à sessão poderá escusar-se de votar, **salvo quando se tratar de assunto em que tenha interesse pessoal, devendo declarar o impedimento antes da votação** e sendo a sua presença computada para efeito de *quorum*.

2.2.7. Pode-se perceber que intrinsecamente o princípio da impessoalidade permeia as regras internas do Senado da República e, dessa forma, precisa ser respeitado.



FILIFE MELLO

ADVOCACIA

2.2.8. Sendo assim, entende-se que os Impetrantes possuem direito líquido e certo a ser protegido, concluímos que está preenchido o requisito da legitimidade ativa para propor o presente Mandado de Segurança.

2.3. DO PRAZO DECADENCIAL PARA IMPETRAÇÃO DO PRESENTE MANDADO DE SEGURANÇA

2.3.1. O art. 23 da Lei n. 12.016, de 7 de agosto de 2009, estabelece que o direito de requerer o mandado de segurança extinguir-se-á em 120 dias contados da ciência do ato impugnado.

2.3.2. Assim, destaca-se a tempestividade do presente Mandado de Segurança, vez que o ato denegatório da questão de ordem apresentada pelos Impetrantes, ocorreu em 27 de abril de 2021.

2.3.3. Portanto, requer que seja declarada a tempestividade deste Mandado de Segurança, dando-se, assim, prosseguimento à sua análise.

3. DO MÉRITO

3.1. DO CABIMENTO DA IMPETRAÇÃO POR ATO COMISSIVO E O DIREITO LÍQUIDO E CERTO

3.1.1. Defende-se o impedimento de participação em Comissão Parlamentar de Inquérito, de qualquer Senador da República que tenha ou possa ter cônjuge ou parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, em procedimento de fiscalização/investigatório.

3.1.2. Nesse contexto, dispõe o art. 306 do Regimento Interno do Senado Federal:

Art. 306. Nenhum Senador presente à sessão poderá escusar-se de votar, salvo quando se tratar de assunto em que tenha **interesse pessoal, devendo declarar o impedimento antes da votação e sendo a sua presença computada para efeito de quorum.**



FILIPPE MELLO

ADVOCACIA

3.1.3. Percebe-se, por oportuno, que a norma regimental não estabelece discricionariedade na autodeclaração de impedimento. O regimento é claro ao estabelecer que o Senador DEVERÁ declarar o impedimento antes da votação.

3.1.4. Ora, se não lhes é permitido votar em matérias que possam ter interesse pessoal, por óbvio e por economia processual, também não deverá ser permitida a participação de parlamentares que possam ter que se abster de votar ou relatar por estarem diante de um claro impedimento. Destaca-se, *in casu*, que dois parlamentares (membros da CPI), quais sejam, Senador Jader Barbalho e Senador Renan Calheiros, possuem parentesco com “prováveis investigados” na respectiva CPI, sendo este último designado pelo Presidente da Comissão como Relator dos trabalhos.

3.1.5. Cumpre destacar, ainda, que as comissões parlamentares de inquérito possuem funções a mais que as comissões permanentes, destacando-se o poder de investigar. Exercendo analogia, se não é permitido votar em matérias que os parlamentares possam ter interesse pessoal, devendo, obrigatoriamente, se declarar impedido, nos parece óbvio que o parlamentar também deverá ser declarado impedido quando puder ter conflito de interesse no processo investigatório.

3.1.6. O art. 153 também do Regimento Interno desta Casa Legislativa, inserido no Capítulo XIV, ao tratar da matéria atinente às Comissões Parlamentares de Inquérito e seus processamentos, preconiza que:

“CAPÍTULO XIV DAS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO (CONST., ART. 58, § 3º)

(...)

Art. 153. Nos atos processuais, aplicar-se-ão, subsidiariamente, as disposições do **Código de Processo Penal.**”

3.1.7. Deste modo, e tendo em vista as previsões elencadas no Código de Processo Penal, que é a norma a ser aplicada de forma subsidiária, consoante expressa determinação do RI, verifica-se o art. 252 do referido diploma processual:

Art. 252. O juiz **não poderá** exercer jurisdição no processo em que:

IV - **ele próprio ou seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, for parte ou diretamente interessado no feito.**



FILIPPE MELLO

ADVOCACIA

3.1.8. Importante ressaltar que o Código de Processo Penal também estabelece que a não declaração de impedimento por parte do julgador, não impede que as partes possam suscitar este problema jurídico. Assim define o art. 112 do CPP, *in verbis*:

Art. 112. **O juiz**, o órgão do Ministério Público, os serventuários ou funcionários de justiça e os peritos ou intérpretes abster-se-ão de servir no processo, quando houver incompatibilidade ou impedimento legal, que declararão nos autos. **Se não se der a abstenção, a incompatibilidade ou impedimento poderá ser argüido pelas partes**, seguindo-se o processo estabelecido para a exceção de suspeição.

3.1.9. A aplicação subsidiária do Código de Processo Penal decorre da circunstância de que as Comissões Parlamentares de Inquérito possuem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, o que exige uma atuação imparcial dos membros que participarão da mesma. Consoante artigo 58, § 3º da Constituição Federal:

Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.

§ 3º As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

3.1.10. Sobre o impedimento no processo penal, Eugênio Pacelli *in* Curso de Processo Penal – 23. ed. – São Paulo: Atlas, 2019:

Os casos de impedimento (arts. 252 e 253, CPP) referem-se a fatos e/ou circunstâncias atinentes e intimamente ligados ao próprio processo submetido inicialmente à jurisdição do juiz. Por exemplo: quando o juiz ou seu parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, for parte ou diretamente interessado no feito (art. 252, IV); quando ele próprio (o juiz) ou alguns dos parentes anteriormente mencionados tiver funcionado no processo como defensor, advogado, órgão do Ministério Público, autoridade policial ou servido como testemunha (art. 252, I e II). Note-se que a influência dos fatos e/ou circunstâncias refere-se diretamente ao processo em curso. **Tanto as causas que determinam a suspeição quanto aquelas que estabelecem casos de impedimento do juiz dizem respeito a fatos e circunstâncias, subjetivos ou objetivos, que, de alguma maneira, podem afetar a imparcialidade do julgador na apreciação do caso concreto.**



FILIFE MELLO

ADVOCACIA

3.1.11. Cabe ainda ressaltar que o art. 6º, da Lei n. 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito, também preleciona que o Código de Processo Penal deve ser aplicado nos atos das CPIs:

Art. 6º. O processo e a instrução dos inquéritos obedecerão ao que prescreve esta Lei, no que lhes for aplicável, às normas do processo penal.

3.1.12. Tendo em vista as previsões legislativas acima elencadas, mostra-se evidente a vedação, por força do ordenamento jurídico pátrio, a participação de parlamentares que possuam parentes em linha reta ou colateral até terceiro grau em Comissões Parlamentares de Inquérito. Cumpre salientar que entre os membros da CPI encontra-se dois parlamentares que possuem parentes em gestões estaduais. A função de relatoria na CPI ora tratada, foi designada ao nobre Senador Renan Calheiros, parlamentar importante que com certeza teria todos os requisitos necessários para dar suporte técnico e que exerce com maestria o contraditório. Contudo, o parlamentar possui parentesco de primeiro grau, por descendência, com pessoa a ser investigada na presente Comissão Parlamentar qual seja, Sr. José Renan Vasconcelos Calheiros Filho, Governador do Estado de Alagoas e filho do citado Senador.

3.1.13. Importante ressaltar que o Relator dos trabalhos é o responsável pela condução da fiscalização/investigação da CPI. Ele que fará o exame e seleção de provas, com a respectiva formação pessoal de convicção e formação/elaboração do relatório, cuja peça será objeto de voto pela correspondente Comissão. Ou seja, ele é o fio condutor para o desfecho do processo investigatório.

3.1.14. Veja-se, portanto, que o Estado de Alagoas não é apenas mera hipótese quanto à investigação em curso, mas uma certeza, vez que já há requerimento quanto aos recursos enviados a todos os Estados, o Distrito Federal e as Capitais. Ademais, sabe-se que as provas serão reunidas, também, em relação ao Estado de Alagoas, para o respectivo exame e Juízo de valor quanto à correção ou não da aplicação dos recursos.

3.1.15. Inobstante, o Senador Renan Calheiros faz, em suas considerações – na sessão de 27.04.2021, conforme Ata – menção que o Governador do Alagoas, José Renan Vasconcelos Calheiros Filho, não será investigado, pois não há contra sua pessoa qualquer denúncia, o que já indica, por ventura, um prejulgamento. Ora, a CPI busca, por lógica, fiscalizar, investigar e levantar, como já anotado, todo o caminho/despesa formalizado

FILIFE MELLO

ADVOCACIA

com o recurso destinado à COVID-19, sendo que o Estado de Alagoas, por evidente, não restará de fora.

3.1.16. Assim, deve ser impedida a participação não só como membro da CPI, mas também como Relator da referida comissão, posição na qual terá a incumbência de consignar as conclusões da Comissão, com risco de parcialidade por conta do vínculo sanguíneo.

3.1.17. Deste modo, mostra-se imperiosa a declaração, pelo próprio Parlamentar, de seu impedimento, nos termos do Código de Processo Penal, por haver absoluta presunção de impossibilidade de exercer as funções investigativas exigidas com a imparcialidade necessária. Frise-se que trata, no caso em tela, de norma de ordem pública.

3.1.18. O Supremo Tribunal Federal já teve a oportunidade de aduzir no sentido da possibilidade do raciocínio ora esposado, qual seja, de reconhecer vícios de impedimento ou suspeição de membros de Comissões Parlamentares de Inquérito, ao conceder liminar em decisão referente à Presidência de determinada Comissão Parlamentar de Inquérito, a ser instalada na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul. No caso tratado, se tratava de vício de suspeição do Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, senão vejamos:

"(...) destaco da inicial do mandado de segurança (fl. 10, Apenso 1): '2.2. Não se discute no presente *mandamus* a viabilidade ou não da instauração de uma CPI pelos membros do Poder Legislativo, e nem tem ele o objetivo de intervenção de um poder no outro, mas sim a declaração da inconstitucionalidade formal de sua instalação, bem assim a ilegalidade de sua constituição, tendo em vista que a própria Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul já havia arquivado a CPI com o mesmo objetivo em outubro de 2004, considerando-a ilegal por perseguir um objetivo que pelas normas constitucionais de divisão dos Poderes é atribuído ao Judiciário, o que a torna irremediavelmente viciada, bem como são afetados por vício de origem todos os atos decorrentemente praticados.' Além disso, assevero a decisão proferida pelo Ministro Nelson Jobim, ao apreciar a SS 2.785/MS, que indeferiu pedido de suspensão da execução da mesma liminar aqui impugnada. Transcrevo, da referida decisão, o seguinte trecho: **A liminar foi deferida em razão da forte plausibilidade jurídica dos fundamentos da impetração (vício formal na instalação da CPI). Além do vício formal, foi fundamento da liminar a suspeição do Presidente da CPI que é réu na ação cível proposta pela Brasil Telecom.** A manutenção da liminar garante o resultado útil ao mandado de segurança que argúi vícios na instalação da CPI, e não impede a Assembléia de cumprir com suas obrigações constitucionais. A medida liminar apenas suspende, temporariamente, o andamento da CPI para evitar a ocorrência de lesões de difícil reparação à impetrante (dano à imagem da impetrante). Não se trata de prestigiar o interesse privado em detrimento do público, mas de homenagear o poder geral de cautela inerente à função de julgar. A medida liminar evita a grave lesão à ordem pública, nessa compreendida a lesão à ordem jurídico-

FILIFE MELLO

ADVOGACIA

processual. O perigo de grave lesão, no caso, é inverso. Assim, o caso não é de indevida interferência do Judiciário no Poder Legislativo, pois não se trata de interpretação de regimento interno da Assembléia Legislativa, questão *interna corporis*, mas da não observância da própria regra regimental (art. 62).¹ (fls. 34-35) Depreende-se, portanto, não ser fundamento único da impetração o alegado vício formal de instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito porque presidida por deputado autor ou relator da matéria em exame. Permanecem válidos, assim, os fundamentos jurídicos contidos na decisão proferida na citada SS 2.785/MS, o que também elide a alegada ocorrência dos pressupostos contidos no art. 4º da Lei 4.348/64." (SS 3.031, rel. min. Ellen Gracie, decisão monocrática, julgamento em 11-6-2007, DJ de 18-6-2007).

3.1.19. Ratificando as questões de suspeição que envolvem diretamente o presente caso, diga-se, o caso do Senador Renan Calheiros, temos que o STF, nas palavras do Ministro Gilmar mendes, assentou a obrigatoriedade da conduta totalmente imparcial daquele que atue em procedimentos judiciais ou não, vejamos:

O princípio do devido processo legal, que lastreia todo o leque de garantias constitucionais voltadas para a efetividade dos processos jurisdicionais e administrativos, assegura que todo julgamento seja realizado com a observância das regras procedimentais previamente estabelecidas e, além disso, representa uma exigência de fair trial, no sentido de garantir a participação equânime, justa, leal, enfim, sempre imbuída pela boa-fé e pela ética dos sujeitos processuais. A máxima do fair trial é uma das faces do princípio do devido processo legal positivado na Constituição de 1988, a qual assegura um modelo garantista de jurisdição, voltado para a proteção efetiva dos direitos individuais e coletivos, e que depende, para seu pleno funcionamento, da boa-fé e lealdade dos sujeitos que dele participam, condição indispensável para a correção e legitimidade do conjunto de atos, relações e processos jurisdicionais e administrativos. Nesse sentido, tal princípio possui um âmbito de proteção alargado, que exige o fair trial não apenas dentre aqueles que fazem parte da relação processual, ou que atuam diretamente no processo, mas de todo o aparato jurisdicional, o que abrange todos os sujeitos, instituições e órgãos, públicos e privados, que exercem, direta ou indiretamente, funções qualificadas constitucionalmente como essenciais à Justiça. Contrárias à máxima do fair trial – como corolário do devido processo legal, e que encontra expressão positiva, **por exemplo, nos arts. 14 e seguintes do CPC – são todas as condutas suspicazes praticadas por pessoas às quais a lei proíbe a participação no processo em razão de suspeição, impedimento ou incompatibilidade; ou nos casos em que esses impedimentos e incompatibilidades são forjados pelas partes com o intuito de burlar as normas processuais.** [AI 529.733, voto do rel. min. Gilmar Mendes, j. 17-10-2006, 2ª T, DJ de 1º-12-2006.]

3.1.20. Na mesma linha temos o julgado abaixo que deixa claro como a luz solar que, a simples evidência de que há vícios no procedimento, e o impedimento do Senador é vício não convidável, tal fato jurídico de ordem pública dará ensejo a Habeas Corpus. Logo, por lógica

EM

FILIPPE MELLO

ADVOGACIA

jurídica, fica claro também que o impedimento abrirá possibilidades de nulidades a serem alegadas pelos investigados, importando greve empecilhos à eficiência e celeridade nos trabalhos da CPI, vejamos:

Basta haver, na via direta ou indireta, o envolvimento da liberdade de ir e vir e a assertiva sobre a prática de um ato ilícito à margem da ordem jurídica para concluir-se pela adequação. Portanto, se, no curso de uma ação penal, surge questionamento sobre suspeição ou impedimento do relator, esse questionamento pode desafiar o habeas corpus. [HC 92.893, rel. min. Ricardo Lewandowski, voto do min. Marco Aurélio, j. 2-10-2008, P, DJE de 12-12-2008]

3.1.21. Corroborando com o argumento de que a investigação realizada pelo parlamentar, no caso, Senador da República deve respeitar os princípios republicanos, colacionamos o julgado abaixo que deixa perfeitamente clara a obrigação do membro da CPI observar a legalidade, moral e a imparcialidade, primando para que o ato investigatório seja pleno e em consonância com a Estado de Direito:

"Não se questiona a asserção de que a investigação parlamentar reveste-se de caráter unilateral, à semelhança do que ocorre no âmbito da investigação penal realizada pela Polícia Judiciária. Cabe advertir, no entanto, como já proclamou a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, sob a égide da vigente Constituição, a propósito do inquérito policial (que também é conduzido de maneira unilateral, tal como ocorre com a investigação parlamentar), que a unilateralidade desse procedimento investigatório **não confere ao Estado o poder de agir arbitrariamente** em relação ao indiciado e às testemunhas, negando-lhes, abusivamente, determinados direitos e certas garantias -- como a prerrogativa contra a auto-incriminação -- que derivam do texto constitucional ou de preceitos inscritos em diplomas legais: 'Inquérito policial - unilateralidade -- a situação jurídica do indiciado. O inquérito policial, que constitui instrumento de investigação penal, **qualifica-se como procedimento administrativo destinado a subsidiar a atuação persecutória do Ministério Público, que é -- enquanto dominus litis -- o verdadeiro destinatário das diligências executadas pela Polícia Judiciária.** A unilateralidade das investigações preparatórias da ação penal **não autoriza a Polícia Judiciária a desrespeitar as garantias jurídicas que assistem ao indiciado, que não mais pode ser considerado mero objeto de investigações. O indiciado é sujeito de direitos e dispõe de garantias, legais e constitucionais, cuja inobservância, pelos agentes do Estado, além de eventualmente induzir-lhes a responsabilidade penal por abuso de poder, pode gerar a absoluta desvalia das provas ilícitamente obtidas no curso da investigação policial.'** (RTJ 168/896, Rel. Min. Celso de Mello) **Torna-se evidente, portanto, que a unilateralidade da investigação parlamentar -- à semelhança do que ocorre com o próprio inquérito policial -- não tem o condão de abolir os direitos, de derrogar as garantias, de suprimir as liberdades ou de conferir, à autoridade pública, poderes absolutos na produção da prova e na**

FILIPPE MELLO

ADVOGACIA

pesquisa dos fatos." (MS 25.617-MC, rel. min. Celso de Mello, decisão monocrática, julgamento em 24-10-2005, DJ de 3-11-2005.)

3.1.22. Reafirmando que o comando princípio lógico da Constituição Federal deve ser respeitado de forma plena, sem o que, se tem afronta à própria Constituição, colaciona-se o julgado abaixo de forma a asseverar que, não é mera questão interna *corporis* a declaração de impedimento de membro da CPI, mas questão de intervenção direta do poder judiciário que, deve restabelecer a aplicação daqueles princípios em respeito ao Estado Republicano. Nesse sentido:

"As alegações constantes da presente impetração sugerem algumas reflexões em torno da extensão e dos limites que restringem o exercício, por qualquer comissão parlamentar de inquérito, dos poderes que lhe foram outorgados pelo ordenamento positivo. Não custa enfatizar, neste ponto, que o inquérito parlamentar -- que traduz expressivo instrumento de atuação legislativa -- não autoriza, embora caracterizado pela nota da unilateralidade, o descumprimento da Constituição e das leis da República, por parte do órgão incumbido de sua realização. Isso significa, portanto, que os atos de investigação promovidos por qualquer Comissão Parlamentar de Inquérito não podem -- e não devem -- ser praticados à margem do sistema consagrado na Constituição e nas leis, sob pena de o procedimento instaurado pelo Poder Legislativo deslegitimar-se, política e juridicamente. Daí a procedente advertência de José Alfredo de Oliveira Baracho ('Teoria Geral das Comissões Parlamentares -- Comissões Parlamentares de Inquérito', p. 147, 1988, Forense) no sentido de que a competência investigatória desse órgão legislativo 'tem limites na Constituição e nas leis...' (...). Se, no entanto, por alguma razão, os limites que restringem, juridicamente, o exercício das prerrogativas congressionais de investigação forem indevidamente ultrapassados, daí decorrer do lesão a direitos subjetivos, estar-se-á em face de típica controvérsia de ordem jurídica, restando afastada, em consequência, qualquer possibilidade de reconhecimento, no caso, de simples questão interna *corporis*. Em uma palavra: o abuso de poderes, o descumprimento da Constituição e o desrespeito aos estatutos da República excedem os limites da controvérsia meramente interna e expõem-se, por isso mesmo, ao controle jurisdicional pleno, eis que o princípio da separação de poderes não deve constituir impedimento à intervenção do Poder Judiciário, quando em perspectiva a questão da tutela dos direitos e garantias fundamentais dos cidadãos."

(MS 23.595-MC, rel. min. Celso de Mello, decisão monocrática, julgamento em 17-12-1999, DJ de 1º-2-2000.)

3.1.23. Ademais:

FM

FILIPPE MELLO

ADVOCACIA

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - DIREITO DE OPOSIÇÃO - PRERROGATIVA DAS MINORIAS PARLAMENTARES - EXPRESSÃO DO POSTULADO DEMOCRÁTICO - DIREITO IMPREGNADO DE ESTATURA CONSTITUCIONAL - **INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO PARLAMENTAR E COMPOSIÇÃO DA RESPECTIVA CPI - TEMA QUE EXTRAVASA OS LIMITES "INTERNA CORPORIS" DAS CASAS LEGISLATIVAS - VIABILIDADE DO CONTROLE JURISDICIONAL** - IMPOSSIBILIDADE DE A MAIORIA PARLAMENTAR FRUSTRAR, NO ÂMBITO DO CONGRESSO NACIONAL, O EXERCÍCIO, PELAS MINORIAS LEGISLATIVAS, DO DIREITO CONSTITUCIONAL À INVESTIGAÇÃO PARLAMENTAR (CF, ART. 58, § 3º) MANDADO DE SEGURANÇA CONCEDIDO. CRIAÇÃO DE COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO: REQUISITOS CONSTITUCIONAIS”.

[...]

O Poder Judiciário, quando intervém para assegurar as franquias constitucionais e para garantir a integridade e a supremacia da Constituição, desempenha, de maneira plenamente legítima, as atribuições que lhe conferiu a própria Carta da República, ainda que essa atuação institucional se projete na esfera orgânica do Poder Legislativo.

[...]

Não obstante o caráter político dos atos parlamentares, revela-se legítima a intervenção jurisdicional, sempre que os corpos legislativos ultrapassem os limites delineados pela Constituição ou exerçam as suas atribuições institucionais com ofensa a direitos públicos subjetivos impregnados de qualificação constitucional e titularizados, ou não, por membros do Congresso Nacional.

[...]

A ocorrência de desvios jurídico-constitucionais nos quais incida uma Comissão Parlamentar de Inquérito justifica, plenamente, o exercício, pelo Judiciário, da atividade de controle jurisdicional sobre eventuais abusos legislativos (RTJ 173/805-810, 806), sem que isso caracterize situação de ilegítima interferência na esfera orgânica de outro Poder da República. (STF - MS: 24849 DF, Relator: CELSO DE MELLO, Data de Julgamento: 22/06/2019, Tribunal Pleno, Data de Publicação: DJ 22-06-2019 PP-00035 EMENT VOL-02249-08 PP-01323)

3.1.24. Assim sendo, trazendo para o caso do presente *mandamus*, embora o art. 89, III do Regimento Interno do Senado Federal estipule a competência exclusiva do presidente acerca da escolha do relator em uma comissão parlamentar (ato personalíssimo) - obedecida à proporção das representações partidárias ou dos blocos parlamentares nela existentes -, percebe-se que a preferência efetivada pela relatoria da “CPI da Covid”, ora o Senador Renan Calheiros, acarreta na transgressão de direitos públicos inerentes à matéria debatida, vez que o respectivo membro detém grau de parentesco direto (pai) com o atual governador do Estado do Alagoas.

3.1.25. Nesse norte, em razão da criação da atinente Comissão Parlamentar de Inquérito deter evidente objetivo de investigação acerca da omissão do governo federal no enfrentamento à pandemia da Covid-19, bem como apuração de irregularidades cometidas por



FILIFE MELLO

ADVOCACIA

governadores e prefeitos (agentes políticos) tocante à utilização de verba repassada pela união neste momento pandêmico, insurge-se a cristalina prevenção da relatoria designada, dada a consanguinidade com o governador supracitado.

3.1.26. Logo, dada a caracterização familiar confirmada e a configuração do consequente desvio jurídico-constitucional, reforça-se que o tema debatido neste mandado de segurança extrapola os limites de matéria *interna corporis* – regimento interno do senado federal-, de forma a comprovar a possibilidade de revisão e intervenção jurisdicional desta Suprema Corte.

3.1.27. Por todo exposto, portanto, apresenta-se o presente Mandado de Segurança ao crivo de Vossa Excelência, solicitando que seja declarado ilegal o ato coator, proferido pelo Senador Omar Aziz, com a consequente proibição/vedação de participação de ambos, bem como de qualquer Senador que tenha vínculo de parentesco com “prováveis investigados” na CPI da Pandemia.

3.2. DA ANTECIPAÇÃO DE JUÍZO DE VALOR DO SENADOR RENAN CALHEIROS

3.2.1. Corroborar com a suspeição do Senador Renan Calheiros como Relator da CPI, o constante posicionamento antecipado contra a Presidência da República e sua gerência no combate à Covid, vez que expondo antecipadamente juízo de valor a cada entrevista ou nota que publica, o referido Senador, já expõe claramente o conteúdo do Relatório que veremos ao final.

3.2.2. De notar que a antecipação de convencimento e julgamento consubstancia afronta à imparcialidade necessária para procedimento do tipo, e tal preconcepção do Senador Renan impõe uma desonestidade a todo o trabalho da Comissão, assim como significa um agir que deturpa os princípios republicanos.



FILIPE MELLO

ADVOCACIA

Calheiros defende CPI e diz que 'Senado não pode ser cúmplice deste morticínio'

Senador diz que CPI é 'instrumento sagrado da minoria' e critica postura contrária à investigação do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG)

Texto por Gregory Prudenciano e produzido por Rudá Moreira, da CNN, em São Paulo e em Brasília
09 de abril de 2021 às 20:50

Líder da Maioria no Senado Federal, o senador **Renan Calheiros** (MDB-AL) defendeu a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar a condução do governo federal na pandemia de **Covid-19**, a chamada **CPI da Covid**. Para Calheiros, o Senado "**não pode ser cúmplice deste morticínio**", em referência aos mais de 340 mil óbitos causados pela doença no Brasil.

Calheiros também criticou o presidente do Senado, **Rodrigo Pacheco** (DEM-MG), que tem agido para evitar a instauração da CPI e que criticou a decisão do ministro do **Supremo Tribunal Federal (STF)** **Luís Roberto Barroso** de determinar que se crie a investigação.

6

Renan Calheiros fez diversas críticas ao modo como o governo tem gerido a crise da covid-19. "O governo peca pela omissão. Foi informado em relação à falta de oxigênio no Amazonas, em Manaus. A Pfizer, agora se sabe, ofereceu 70 milhões de vacinas e o governo nada fez. O Senado é a casa da federação, não pode faltar ao país e aos estados nesse momento dramático de crise sanitária".

O ex-presidente do Senado acredita que é possível que a Casa Legislativa pode servir como uma intermediadora entre o governo federal e os governadores.

"O presidente [Rodrigo Pacheco] aprovou um **projeto** com o apoio de todos para que os estados e municípios pudessem comprar a vacina. Até agora o projeto do presidente não foi sancionado. Diante do agravamento dessa situação o Senado não pode continuar de braços cruzados, é preciso fazer alguma coisa, **apresentar solidariedade aos governadores**, tentar uma convergência entre o Executivo e o Legislativo de modo a acelerar as vacinas."

7

⁶ <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2021/04/09/calheiros-defende-cpi-e-diz-que-senado-nao-pode-ser-cumplice-deste-morticinio>

⁷ <https://congressoemfoco.uol.com.br/legislativo/renan-calheiros-cpi-covid/>

FILIPE MELLO

ADVOCACIA

CPI DA COVID

Calheiros sobre CPI: 'Não vamos fazer PowerPoint contra o presidente'

Senador do MDB, que deve ser o relator da comissão, prometeu isenção e rigor na investigação que deve contar com a liderança de Omar Aziz (PSD-AM)

Estado de Minas
18/04/2021 22:28 | atualizado 18/04/2021 22:41

COMPARTILHE



Renan Calheiros deve ser o relator da CPI da COVID-19 no Senado Federal
(Foto: Sérgio Lima / AFP)

Nos próximos dias, o Senado Federal vai eleger o colegiado que fará parte da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigará ações que o Brasil tomou contra a COVID-19. Nomes fortes para liderar o grupo de trabalho, os senadores Omar Aziz (PSD-AM), que deve ser o presidente, e Renan Calheiros (MDB-AL), forte candidato à relatoria, prometeram isenção e rigor nas averiguações.

8

<https://www.cartacapital.com.br/politica/planalto-cede-e-cpi-da-covid-tera-renan-calheiros-como-relator/>

CartaCapital

Planalto cede e CPI da Covid terá Renan Calheiros como relator

O presidente da CPI será Omar Aziz (PSD-AM), a vice-presidência ficará com Randolfe Rodrigues (Rede-AP)

ARTIGO CONTRIBUÍDO | 17 DE ABRIL DE 2021



A CPI da Covid definiu seus principais cargos e deve iniciar os trabalhos na próxima semana. Com minoria na comissão, o Palácio do Planalto jogou a toalha e aceitou o acordo fechado por senadores independentes e de oposição. O presidente da CPI será Omar Aziz (PSD-AM), a vice-presidência ficará com Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e a relatoria, com Renan Calheiros (MDB-AL).

(...)

Os seis senadores independentes e de oposição – que hoje têm maioria na CPI – já haviam fechado o acordo que previa Aziz no comando da CPI, Randolfe na vice-presidência e Renan como relator. ...

Declarções de Aziz com críticas a Bolsonaro assustaram o gabinete presidencial. ...

9

⁸ https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/04/18/interna_politica,1258302/calheiros-sobre-cpi-nao-vamos-fazer-powerpoint-contra-o-presidente.shtml

⁹ <https://www.cartacapital.com.br/politica/planalto-cede-e-cpi-da-covid-tera-renan-calheiros-como-relator/>



FILIPE MELLO

ADVOCACIA

noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/04/16/mdb-apoiara-renan-calheiros-como-relator-da-cpi-da-covid.htm



Senador Renan Calheiros
Imagem: Senador Renan Calheiros

MDB apoiará Renan Calheiros como relator da CPI da Covid, diz Eduardo Braga

Colaboração para o UOL
16/04/2021 10h21 | Atualizada em 16/04/2021 20h41

O senador Eduardo Braga (MDB-AM) confirmou hoje que seu partido vai apoiar a candidatura do também senador Renan Calheiros (MDB-AL) a relatoria da CPI da Covid, que vai investigar as ações do governo federal no combate à pandemia.

Braga disse que apoiará pessoalmente a candidatura de Calheiros e que o MDB, por ter maior bancada da Casa, vai reivindicar a relatoria da CPI. "O senador Renan Calheiros vem desde o início do processo se colocando como postulador à condição de relator dessa CPI", disse o senador em entrevista à GloboNews.

10

noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/04/16/rodrigo-pacheco-16-de-abril.htm

Acordo entre parlamentares

Antes mesmo da votação presencial no Senado, um [acordo entre parlamentares](#) que vão compor a CPI da Covid definiu quem vai presidir o colegiado. Segundo o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), o presidente será Dmar Aziz (PSD-AM) e ele atuará como vice-presidente.

Ao senador Renan Calheiros (MDB-AL), que era o mais cotado para ficar com o comando na comissão, [cabera a relatoria do colegiado](#). Renan teve que abrir mão da presidência da CPI [depois que passou a ser considerado "impedido"](#) por colegas por ser pai do governador de Alagoas, Renan Filho.

Questionado sobre o acordo dos parlamentares, Pacheco disse que não pode comentar a escolha dos membros da CPI. "As decisões que cabem a mim tomar, eu as tomo. Uma vez garantida a eleição de forma adequada, não mais interferirei na CPI".

[Ontem](#), foram anunciados os senadores que vão compor a CPI. Os membros foram indicados pelos blocos parlamentares do Senado em articulações de lideranças partidárias e dos grupos que ocupam espaços de poder na Casa. A composição é em tese desfavorável aos interesses do presidente [Jair Bolsonaro](#) (sem partido). Nenhuma senadora foi escolhida para compor a CPI.

São os titulares:

Eduardo Braga (MDB-AM), Renan Calheiros (MDB-AL), Ciro Nogueira (PP-PI), Eduardo Girão (Podemos-CE), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Otto Alencar (PSD-BA), Dmar Aziz (PSD-AM), Marcos Rogério (DEM-RD), Jorginho Mello (PL-SC), Humberto Costa (PT-PE), Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

São os suplentes:

Jader Barbalho (MDB-PA), Luís Carlos Heinze (PP-RS), Marcos do Val (Podemos-ES), Ângelo Coronel (PSD-BA), Zequinha Marinho (PSC-PA), Rogério Carvalho (PT-SE), Alessandro Vieira (Cidadania-SE).

11

¹⁰<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/04/16/mdb-apoiara-renan-calheiros-como-relator-da-cpi-da-covid.htm>

¹¹ <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/04/16/rodrigo-pacheco-16-de-abril.htm>



FILIPPE MELLO

ADVOCACIA

3.2.3. Há de se ressaltar, que uma das principais competências das Comissões Parlamentares de Inquérito é sua correlação com o processo penal vigente no Brasil. Ou seja, nos casos específicos de instalação de CPI muda-se o entendimento sobre o que será analisado pelo parlamento brasileiro.

3.2.4. O que queremos reforçar, é que nos casos de CPI's, os parlamentares exercem funções atípicas a de legislar, acabando por exercer a função de investigadores. Importa destacar que parlamentares, no exercício específico de **legislar**, devem trazer para o debate suas visões sobre os temas em discussão. Contudo, essa prática normal e importante para o parlamento não deve ser trazida para investigações em Comissões Parlamentares de Inquérito.

3.2.5. As CPI's criadas dentro do parlamento se assemelham as instruções probatórias de juiz, ou seja, seus atos são fundamentais para definir o indiciamento ou não dos investigados.

3.2.6. Por isso, defendemos e arguimos a Vossa Excelência que qualquer parlamentar que tenha parentesco sanguíneo com alguns dos investigados, sejam impedidos de participarem dessa CPI, assim como, seja anulado o ato coator proferido pelo Presidente da Comissão, que designou o Senador Renan Calheiros como Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito.

4. DO PEDIDO LIMINAR

4.1. Diante da negativa na questão formulada ao Presidente da CPI da Pandemia sobre a presença entre os membros de Senadores da República com parentes de primeiro grau que serão investigados, pedimos que liminarmente que seja suspenso o andamento da CPI, até que seja alterado os membros que estejam impedidos, inclusive o Relator dos trabalhos, Senador Renan Calheiros.

4.2. O impedimento existente, em sobrecarga, na atuação do Senador Renan Calheiros na CPI, em especial como Relator, é avassalador no que se refere à quebra dos princípios constitucionais.

4.3. O Presidente da CPI tem conhecimento pleno a respeito dos apontamentos que se traz ao conhecimento desta E. Corte, que por certo, já deve ter recebido notícias



FILIFE MELLO

ADVOCACIA

do ponto crucial e temerário em permitir a participação do Senador Renan Calheiros, na CPI (Covid-19), sobretudo se o mesmo ocupar a função de Relator, o que seria verdadeira afronta à moralidade.

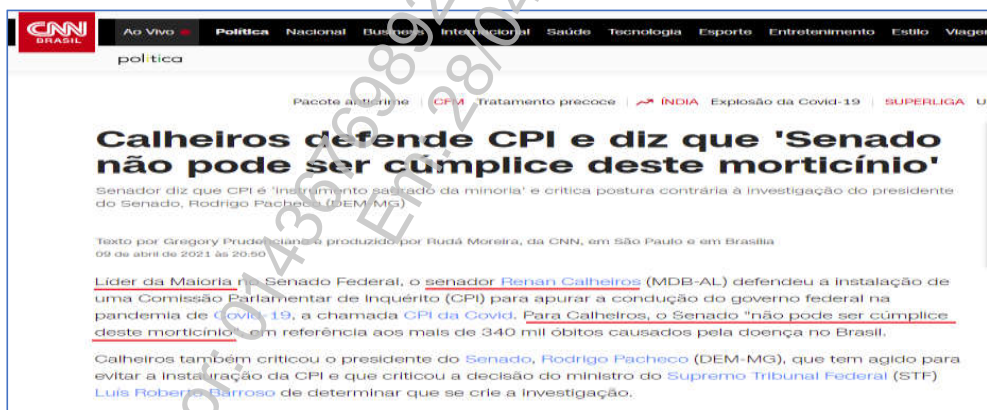
4.4. Assim, evidente o direito líquido e certo quanto a aplicação das leis e respeito aos princípios constitucionais do direito à moral e aos bons costumes prescritos no art. 37 da Constituição Federal, visando a manutenção ilibada dos atos da Administração Pública.

4.5. O *fumus bonu iuris* reside no fato de que o **ato concernente à designação do Senador Renan Calheiros como Relator da CPI, pelos motivos acima expostos, pode trazer graves impactos as investigações da CPI.**

4.6. Cumpre ressaltar que o relator, Senador Renan Calheiros, além de estar impedido de participar na referida CPI por ter parentesco sanguíneo com um possível investigado, já esboçou antecipadamente seu juízo de valor.

4.7. Corroborando com a suspeição do Senador Renan Calheiros como Relator da CPI, o constante posicionamento antecipado contra a Presidência da República e sua gerência no combate à Covid, vez que expondo antecipadamente juízo de valor a cada entrevista ou nota que pública, o referido Senador, já expõe claramente o conteúdo do Relatório que veremos ao final.

4.8. De notar que a antecipação de convencimento e julgamento consubstancia afronta à imparcialidade necessária para procedimento do tipo, e tal preconcepção do Senador Renan impõe uma desonestidade a todo o trabalho da Comissão, assim como significa um agir que deturpa os princípios republicanos.



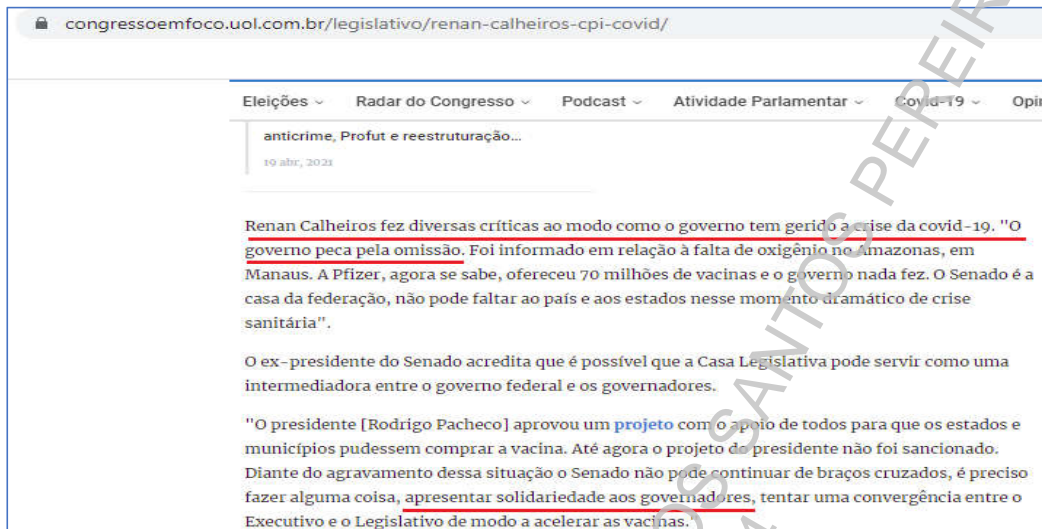
12

¹² <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2021/04/09/calheiros-defende-cpi-e-diz-que-senado-nao-pode-ser-cumplice-deste-morticinio>



FILIPE MELLO

ADVOCACIA



13

4.9. Já o *periculum in mora* está estabelecido que as **investigações – com início imediato, vez que constituído relator da CPI na data de hoje – podem ter parcialidade**, uma vez que além do grau de parentesco com pessoa a ser investigada, o relator pode tendenciosamente prejudicar o Governo Federal, sem analisar corretamente as informações.

4.10. Ademais, está pautada para próxima Quinta-Feira (29/04/2021), às 9 horas, 2ª Reunião Semipresencial da Comissão Parlamentar de Inquérito – COVID 19, para apresentação e leitura do Plano de Trabalho proposto pelo Relator, Senador Renan Calheiros, que será, por conseguinte, submetido à votação e aprovação dos demais membros da CPI. Assim, afere-se a urgência da pretensão, antes da inicialização dos trabalhos pela Comissão, vez que serão constituídos atos de designação por Relator impedido/suspeito para integrar à investigação em espécie¹⁴

5. DO PEDIDO E REQUERIMENTOS

5.1. ISTO POSTO, requer-se a Vossa Excelência:

a) Defira a medida liminar pleiteada, para suspender os efeitos do ato administrativo impugnado, nos termos do art. 7º, inciso III, da Lei 12.016/2009, determinando-se que

¹³ <https://congressoemfoco.uol.com.br/legislativo/renan-calheiros-cpi-covid/>

¹⁴ Pauta 2ª Reunião Comissão COVID-19

FM

FILIFE MELLO

ADVOCACIA

a Autoridade Coatora proceda com a retirada de qualquer membro que tenha parentesco consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, for parte ou diretamente interessado no procedimento de investigação concernente à pandemia decorrente da COVID-19. No caso em tela, os Senadores Renan Calheiros e Jader Barbalho;

b) subsidiariamente, caso Vossa Excelência não entenda pela retirada de qualquer membro que tenha parentesco consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, com os interessados e “possíveis investigados” concernente à CPI da COVID-19, que seja, por tratar-se de ato personalíssimo do Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, determinada a cassação do ato coator, para declarar o impedimento do Senador Renan Calheiros, para atuar como Relator dos trabalhos na mencionada Comissão, considerando-o apenas para atuar como membro da CPI;

c) Ao final, conceda a ordem, para confirmar a liminar, se deferida, e declarar a nulidade do ato administrativo que negou questão de ordem feita no plenário do Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI da Pandemia;

d) A notificação da autoridade coatora, SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI DA PANDEMIA, para que preste informações, no prazo legalmente estipulado, bem como seja dada ciência ao órgão de representação judicial da MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL;

e) A notificação do Ilustre Procurador Geral da República.

Dar-se à causa o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), para efeitos fiscais.

Pede deferimento.

Brasília-DF, 27 de abril de 2021

FILIFE MELLO
Advogado-OAB/SC 19.519
(assinado eletronicamente)

HENRIQUE DE FREITAS JUNQUEIRA
Advogado-OAB/DF 43.472

MAURÍCIO DOS SANTOS PEREIRA
Advogado-OAB/SP 261.515